

BENITES, Lauralice da Silva**

<https://orcid.org/0009-0000-6866-969X>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as reflexões de E. P. Thompson e as críticas de Perry Anderson sobre três temas centrais: a lógica histórica, a validade do materialismo histórico e o conceito de agência. A análise se baseia principalmente nos capítulos VII e XII da obra *A Miséria da Teoria*, de Thompson, e nas críticas elaboradas por Anderson em sua obra posterior. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica fundamentada na leitura direta dos autores e em interpretações de comentadores especializados. O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, discute-se a lógica histórica proposta por Thompson e a contraposição feita por Anderson, que questiona o caráter subjetivo e pouco sistemático da proposta, e na segunda aborda-se o conceito de agência histórica em Thompson, marcado por uma ênfase na ação ativa dos sujeitos, e as críticas de Anderson, que aponta para outras formas possíveis de agência, incluindo a passiva e a reprodutora da ordem existente.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História; Historiografia; Lógica histórica; Materialismo Histórico.

ABSTRACT: This article aims to analyze E. P. Thompson's reflections and Perry Anderson's critiques on three central themes: historical logic, the validity of historical materialism, and the concept of agency. The analysis is based primarily on chapters VII and XII of Thompson's *The Poverty of Theory*, as well as on the criticisms developed by Anderson in his later work. This is a literature review grounded in the direct reading of the authors and in interpretations offered by specialized commentators. The article is divided into two parts. The first discusses the historical logic proposed by Thompson and Anderson's opposing view, which questions the subjective and unsystematic nature of Thompson's approach. The second examines Thompson's concept of historical agency, characterized by an emphasis on the active role of subjects, alongside Anderson's critiques, which point to other possible forms of agency, including passive and order-reproducing forms.

KEYWORDS: Theory of History; Historiography; Historical Logic; Historical Materialism.

* O presente artigo foi produzido a partir de dois artigos anteriores de mesma autoria e orientação, intitulados *Thompson e a produção do conhecimento histórico* e *O conceito de "agência" em a Miséria da teoria de E. P. Thompson*, produzidos respectivamente nos Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) 2022/2023 e Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC) 2023/2024 da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

** Graduanda no curso de História (licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

INTRODUÇÃO

Edward Palmer Thompson foi um historiador e militante político marxista, nascido em 3 de fevereiro de 1924, em Oxford, Inglaterra. A inspiração militante adveio de sua família, seus pais e seu irmão exerceram grande influência sobre sua formação política, o que o impulsionou, em 1942, a filiar-se ao Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB). Nesse período, Thompson cursava História pela Universidade de Cambridge, quando a Inglaterra entrou na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o historiador se alistou, o que fez parar seus estudos, retornando após o fim da guerra e se graduou em 1946. Foi por meio de seus estudos sobre o operariado inglês que Thompson se aproximou de Dorothy Towers, com quem se casou. O casal compartilhava o interesse por temáticas marxistas e participava ativamente de seminários e debates relacionados ao tema.

Comprometido com a educação popular, Thompson dedicou-se ao ensino voltado para jovens e adultos da classe trabalhadora. Em 1956, fundou, em parceria com John Saville, a revista *Reasoner*, de orientação comunista independente. No entanto, a publicação foi proibida pelo PCGB, levando ao seu encerramento. No ano seguinte, após romper com o partido, Thompson criou a *New Reasoner*, revista que buscava renovar os fundamentos do materialismo histórico. Em 1959, a *New Reasoner* uniu-se à revista *Universities and Left Review*, resultando na criação da influente *New Left Review*.

O principal objeto de pesquisa de Thompson foi a transformação da sociedade inglesa durante a Revolução Industrial, período que marcou o surgimento de uma nova classe social: o proletariado. O historiador dedicou-se a compreender a formação e a organização dessa classe. Para tanto, ele procurou se desvencilhar do determinismo econômico. Para Thompson, a “gente comum” desempenha um papel ativo na história. Sua abordagem visava preencher as lacunas deixadas pela historiografia reducionista, que frequentemente ignorava a complexidade da experiência vivida pelas classes subalternas. Thompson foi um importante membro da Escola Marxista Britânica, que ao lado de Christopher Hill, Eric Hobsbawm, entre outros, procurou evidenciar relações sociais no interior das classes, bem como os aspectos culturais, os costumes e os hábitos dos indivíduos, elementos que, para Thompson, também constituem a história.

A miséria da teoria, de E. P. Thompson, foi publicada pela primeira vez em 1978. No Brasil, a obra foi lançada em janeiro de 1981, pela editora Zahar.¹ Nesta obra, o historiador apresenta uma crítica contundente ao estruturalismo marxista representado pelo filósofo francês Louis Althusser, cuja influência era marcante no campo das ciências sociais e entre os historiadores naquele período. Thompson contesta a ênfase althusseriana nas estruturas e conceitos abstratos, que, segundo ele, tendem a reduzir os sujeitos históricos a meros efeitos dessas estruturas. Em oposição a essa perspectiva, o autor defende uma abordagem histórica centrada na experiência e na “agência” dos indivíduos concretos.

No capítulo VII, de *A miséria da teoria*, ao abordar a “lógica histórica”, E. P. Thompson evidenciou que a História possui uma lógica própria, que a difere das demais disciplinas. Nesse contexto, ele apresenta oito proposições em defesa do materialismo histórico, reafirmando a perspectiva crítica em relação ao estruturalismo. Thompson adverte contra dois desvios metodológicos: de um lado, a hipertrofia teórica, caracterizada pelo excesso de abstração conceitual desvinculada da realidade histórica concreta; de outro, o empirismo estreito, entendido como a valorização exclusiva da evidência empírica, desprovida de interpretação crítica. Para o autor, a prática historiográfica deve manter um equilíbrio entre teoria e evidência, sempre atenta à complexidade e à “agência” dos sujeitos históricos.

No capítulo XII, Thompson aprofunda o debate em torno do conceito de “agência”, articulando-o à discussão sobre o que constitui o verdadeiro “motor da história”. Essa questão tem sido recorrente entre historiadores marxistas e gira em torno da definição de quais forças ou sujeitos efetivamente impulsionam os processos históricos. Thompson posiciona-se de forma crítica em relação às abordagens que atribuem esse papel exclusivamente às estruturas econômicas ou aos modos de produção, como frequentemente ocorre em interpretações estruturalistas. Para ele, a história não é movida por estruturas impessoais, mas pela ação consciente dos sujeitos. É nesse ponto que entra sua defesa da “agência histórica”, um conceito que enfatiza a capacidade humana de intervir na realidade e moldar os rumos da história.

¹ Em 2021, a Editora Vozes publicou uma nova versão da obra, que recebeu o título de *A miséria da teoria e outros ensaios*. Com 568 páginas, essa versão reúne outros textos de Thompson, entre eles: *Fora da baleia* (1960), *As peculiaridades dos ingleses* (1965), *Carta aberta a Leszek Kolakowski* (1973) e *Uma observação sobre os textos aqui contidos*.

Althusser jamais respondeu ou se manifestou diretamente sobre as críticas formuladas por Thompson em *A Miséria da Teoria*. No entanto, outro importante historiador ingressou no debate, apresentando considerações sobre o estruturalismo althusseriano e a lógica histórica defendida por Thompson. Trata-se de Perry Anderson, historiador e filósofo inglês, igualmente foi membro da *New Left Review*, com uma extensa produção dedicada ao materialismo histórico. Em sua obra *Arguments within english marxism*, publicada originalmente em 1980², Anderson reconhece, logo na introdução, a relevância intelectual e literária de Thompson, chegando a afirmar que este foi, possivelmente, o melhor escritor socialista da Inglaterra, e talvez até da Europa. Apesar dessa admiração explícita, Anderson não deixa de apresentar uma série de críticas e ressalvas à abordagem de Thompson, especialmente no que se refere à sua rejeição do estruturalismo, à defesa de uma noção de “agência” excessivamente voluntarista e à forma como articula teoria e história. Neste artigo, serão apresentadas e analisadas as principais objeções formuladas por Anderson às noções de “lógica histórica” e “agência”, tal como defendidas por Thompson.

Perry Anderson, historiador e filósofo político, nasceu em 11 de setembro de 1938, em Londres, e é reconhecido como um dos principais intelectuais marxistas do século XX. Aos 22 anos, assumiu a liderança da *New Left Review*, após a desintegração da primeira geração editorial da revista, provocada por conflitos internos. Sob sua direção, buscou ampliar o escopo teórico e geográfico da publicação, incorporando contribuições de outros intelectuais, tais como Gramsci, Lukács, Korsch, Adorno, Marcuse, Sartre, Horkheimer, Della Volpe e do próprio Althusser, contribuindo para consolidar a *New Left Review* como um dos principais órgãos internacionais de crítica marxista.

Anderson se destacou por suas pesquisas sobre o papel do Estado nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas. Entre suas obras mais influentes estão *Passagens da antiguidade ao feudalismo*, *Linhagens do Estado absolutista* e *As origens da pós-modernidade*. Em 1983, Anderson deixou sua posição de editor na *New Left Review*, no Reino Unido, para se tornar professor na Universidade da

² Apenas em 2018, por meio da Editora Unicamp, essa obra ganhou uma edição brasileira, que recebeu o título de *Teoria, Política e História: Um Debate com E. P. Thompson*.

Califórnia em Los Angeles (UCLA), nos Estados Unidos. Posteriormente, no início dos anos 2000, Anderson retornou à direção da revista, reafirmando seu papel de destaque no debate intelectual marxista.

O objetivo do presente artigo é apresentar e analisar as considerações de Thompson e as críticas de Anderson a respeito da “lógica histórica”, da validade do materialismo histórico e do conceito de “agência”. São questões que Thompson aborda nos capítulos VII e XII de *A miséria da teoria* e que Anderson apresenta críticas em sua obra posterior. Trata-se de uma pesquisa de revisão e discussão bibliográfica, fundamentada na leitura direta dos autores em debate, bem como em contribuições de importantes comentadores.

O artigo está organizado em duas partes, além da introdução. Na primeira parte, aborda-se a noção de lógica histórica proposta por Thompson, seguida pela crítica desenvolvida por Anderson sobre esse mesmo conceito. Nesse contexto, são apresentadas as críticas de Anderson, que questionam a flexibilidade conceitual e ausência de uma definição precisa do objeto histórico na formulação materialista proposta por Thompson. A segunda parte dedica-se à discussão do conceito de agência histórica, buscando também confrontá-la com as objeções formuladas por Anderson.

A LÓGICA HISTÓRICA E A CRÍTICA DE ANDERSON

Em *A miséria da teoria*, Thompson argumenta que os eventos históricos são dinâmicos e, portanto, não podem ser compreendidos por lógicas estáticas ou transpostas de outras disciplinas. Sua obra tem como foco central a crítica ao estruturalismo althusseriano e a tendência de subordinar a análise histórica a esquemas teóricos rígidos, nos quais os conceitos se sobrepõem à evidência histórica. Em oposição a isso, Thompson, formula a defesa de uma “Lógica Histórica”, entendida como uma lógica própria para a escrita historiográfica, cujo princípio fundamental é a articulação entre teoria e evidência. Essa proposta dialógica, será abordada na primeira e na segunda parte deste artigo. Para Thompson, a História, enquanto disciplina, não pode adotar os mesmos métodos das ciências exatas ou naturais, pois lida com processos humanos não-repetíveis, sendo necessário,

portanto, desenvolver uma metodologia própria, que responda às particularidades da escrita da história:

O estudo da história é empresa muito antiga, e seria surpreendente se, entre as ciências e humanidades, ela fosse a única a não ter desenvolvido sua disciplina própria, em vários milhares de anos, isto é, desenvolvido seu próprio discurso de demonstração. E não consigo ver o que seja esse discurso próprio, a menos que tome a forma da lógica histórica. (Thompson, 1981, p. 48).

No capítulo VII de *A miséria da teoria*, Thompson critica o estruturalismo althusseriano, assim como o empirismo, que se trata da busca demasiada somente de evidências, desconsiderando o aparato teórico, o que resulta numa abordagem fragmentada e desarticulada. Para Thompson, nenhuma das duas posições – o estruturalismo e o empirismo – é suficiente para compreender a complexidade do processo histórico. Nesse contexto, Thompson propõe oito proposições que retomam a ideia de dialogicidade entre teoria e evidência, defendendo que os acontecimentos estão sujeitos a contingência histórica e à ação humana, elementos que tornam impossível a previsão de eventos ou padrões fixos, isto é, o curso da história pode não ocorrer similar a um evento anterior.

Devido a isso, Thompson (1981, p.48) argumenta que a história exige uma “lógica característica, adequada ao material do historiador”.³ A partir dessa premissa, ele propõe a existência da Lógica Histórica, uma racionalidade própria da prática historiográfica, cujo princípio fundamental é a união entre teoria e evidência empírica. Essa concepção é retomada no capítulo XII ao abordar o conceito de “agência histórica”. É a partir da valorização das evidências empíricas, fatos históricos, que Thompson formula sua crítica ao estruturalismo de Louis Althusser, afirmando que a teoria é insuficiente para análise do processo histórico.

³ “Os modos de escrever história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão veementemente contestadas dentro da profissão, que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar. [...] a ‘história’ não oferece um laboratório de verificação experimental, oferece evidências de causas necessárias, mas nunca (em minha opinião) de causas suficientes, pois as ‘leis’ (ou, como eu prefiro, a lógica ou as pressões) do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências, de modos que invalidaram qualquer regra nas ciências experimentais, e assim por diante.” (Thompson, 1981, p.48)

Mais uma vez, Thompson reforça a necessidade do diálogo entre teoria e evidência, destacando que o conhecimento histórico advindo dessa relação não é exato, ou seja, não se configura em leis ou padrões de desenvolvimento universais. Para Thompson, a tentativa de universalização das explicações históricas é uma das principais limitações do filósofo francês. Segundo ele, Althusser atribuiu a teoria, formulada em termos de conceitos universais, a capacidade de explicar os processos sociais e históricos. Nessa perspectiva, caberia ao historiador apenas verificar qual modelo de produção ou conceito se aplicaria a determinado objeto. Além disto, Althusser acusou os historiadores de não possuírem teoria⁴. Thompson contesta essa concepção reducionista, argumentando que o conhecimento histórico não pode ser obtido por meio da aplicação simples de teorias pré-concebidas. Em vez disso, defende que a investigação deve partir do diálogo entre teoria e fonte histórica.

A Lógica Histórica, tal como proposta por Thompson, permite a validação da História como uma ciência no campo das demais ciências sociais, destacando a peculiaridade do seu objeto de estudo. Essa especificidade reside justamente em sua inexatidão, a ausência de leis e regras universalizantes. Ao defender a existência de uma lógica própria da História, o historiador está defendendo que a História tem uma maneira particular de construir conhecimento, baseada em modos específicos de pensar o objeto histórico e de interrogar suas evidências:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. (Thompson, 1981, p. 49).

Thompson recorre à metáfora de um tribunal para explicar o funcionamento da lógica histórica no processo de análise das fontes, referindo-se a ela como o “tribunal de recursos da história”. Para Thompson, a lógica histórica tem a função de interrogador: parte de hipóteses e questionamentos formulados teoricamente para

⁴ "Quando Althusser e muitos outros acusam os historiadores de não ter 'nenhuma teoria', deveriam pensar que aquilo que consideram como inocência ou letargia pode ser a rejeição explícita e autoconsciente: uma rejeição de conceitos analíticos estáticos, de uma lógica inadequada à história." (Thompson, 1981, p.49)

interpelar as evidências, documentos, registros e fatos históricos concretos. Trata-se, portanto, de um diálogo constante entre conceito e evidência, no qual a teoria é um sustentáculo para a investigação, sem, no entanto, se sobrepor aos dados empíricos. Para Thompson, tanto a teoria quanto a evidência são necessárias à produção do conhecimento histórico, sendo essa articulação o que confere legitimidade à disciplina.

Por outro lado, em *Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson*, Anderson apresenta comentários críticos à ideia de Lógica Histórica. Como foi apresentado, para Thompson o conhecimento histórico se distancia de outros paradigmas científicos por operar uma lógica própria, caracterizada pela produção de um conhecimento seletivo e provisório. Thompson expõe tais elementos como características exclusivas da ciência histórica, sugerindo que as demais ciências seriam capazes de produzir conhecimentos mais objetivos e, em certa medida, até exatos.

Anderson, no entanto, rejeita essa noção de Lógica Histórica como algo distintivo. Para ele, o caráter provisório, seletivo e sujeito a falseabilidade está presente em todo tipo de conhecimento, portanto, não se trata de uma particularidade da História enquanto ciência. As demais ciências também realizam uma seleção do que será estudado, e igualmente estão sujeitas à subjetividade e às escolhas do pesquisador. Dessa forma, segundo Anderson, Thompson superestima as especificidades da História e apresenta como características que, na verdade, são compartilhadas por todo empreendimento científico.

Desse modo, o que Thompson aceita como condição excepcional da história é, na verdade, o status normal de toda ciência. Provisionalidade, seletividade e falseabilidade são constitutivas da natureza da empreitada científica como tal. Até a falta de controles experimentais não está confinada à historiografia: a astronomia também não permite testes de laboratório. (Anderson, 2018, p. 23).

Ainda mais, para Anderson (2018, p. 23), embora a História produza, em muitos casos, um conhecimento aproximativo, ela também é capaz de gerar conhecimento objetivo. Um exemplo disso são as datas de acontecimentos históricos, que não são modificadas ainda que sobrevenham novas pesquisas sobre esse objeto histórico. Esses dados não são aproximativos, mas sim, exatos, pois se baseiam em

informações objetivas fornecidas pelas fontes. Portanto, o conhecimento historiográfico não é somente aproximativo, mas inclui elementos factuais que não estão sujeitos à interpretação do historiador.

Por que seria a história incapaz do conhecimento “além do aproximativo?” Acaso supomos que a data da Revolução de Outubro está sujeita a alteração no próximo século? O conhecimento exato e positivo nunca esteve além dos poderes da história: sua vocação, assim como a de suas disciplinas-irmãs, é expandi-lo. (Anderson (2018, p. 23)

Desse modo, as ressalvas de Anderson sobre a lógica histórica permitem compreender que características como o conhecimento provisório e aproximativo, a seletividade de fontes e a produção de enunciados sujeitos à falseabilidade não são exclusivas da História. Tais aspectos estão presentes também em outras ciências, assim como a História, por sua vez, pode produzir conhecimentos rigorosos e sistemáticos.

DEBATE SOBRE O MOTOR DA HISTÓRIA E CONSIDERAÇÕES DE ANDERSON SOBRE A AGÊNCIA

No capítulo XII de *A miséria da teoria*, Thompson retoma um dos debates centrais da historiografia marxista: a discussão sobre o “motor da história” que está diretamente ligada ao conceito de “agência” na História. Trata-se de uma reflexão sobre o papel dos sujeitos históricos na condução dos processos sociais e das transformações estruturais, se observa que “motor”, a analogia inicial da discussão se refere a agência, ao passo que na apresentação de Thompson a agência tomará lugar como motor da história. No entanto, a agência em Thompson não é bem definida, durante a discussão se observa que Thompson destacou somente um significado de agência. Ao longo do capítulo, Thompson, novamente tece críticas ao estruturalismo de Louis Althusser, que segundo ele, tende a esvaziar a ação humana em nome de estruturas deterministas.

Thompson inicia o capítulo afirmando que há, sim, uma força motriz da história e, logo em seguida, identifica essa força como sendo a luta de classes. O autor de *A miséria da teoria* problematiza essa afirmação ao analisar como a ideia de “motor da história” foi interpretada e formulada por alguns historiadores. Desta maneira, Thompson fez três observações críticas sobre essa concepção. A primeira

observação aborda a afirmação de que “a luta de classes é o motor da história”. Thompson afirma não ter encontrado essa frase exata nos escritos de Marx, nem no Manifesto Comunista, nem nos textos de seus, como ele ironicamente denomina, “eruditos amigos”. Logo, o que há é a suposição que Marx tenha falado que “a luta de classe é o motor da história”. Para Thompson (1981, p. 117) o que Marx realmente não fez de forma tão categórica:

O que o Manifesto realmente diz, em sua primeira linha, como deveria ser bem conhecido para que o tivéssemos de repetir, é: “A história de todas as sociedades existentes até agora é a história das lutas de classes”, a que Engels acrescentou posteriormente uma nota de rodapé, retirando dessa formulação as sociedades primitivas (que, devemos presumir, não tinham “motor”). As duas afirmações, de qualquer modo, não são a mesma coisa.

A segunda observação de Thompson é que o termo “motor” não deve ser compreendido como uma proposição fundamental, ou tese, nem mesmo conceito, mas sim como uma analogia. Sendo, portanto, uma analogia, Thompson aborda que se Marx realmente tivesse dito que “a luta de classes é o motor da história”, não teria sido seu objetivo sugerir que os conflitos de classe funcionassem literalmente como engrenagens de um motor físico. Em vez disso, a expressão teria sido utilizada de modo figurado, para ilustrar uma ideia complexa por meio de uma imagem acessível⁵.

Thompson observa que, embora as analogias possam servir para esclarecer um conceito, estas não devem ser confundidas com o próprio conceito, nem constituir um argumento central na análise. As analogias, metáforas, ilustrações que são usadas de “como se”, são recursos retóricos e pedagógicos, mas não tem o mesmo estatuto teórico que os conceitos analíticos. Por conseguinte, Thompson conclui essa observação defendendo que as analogias não podem atravessar os limites da teoria, não podem ser retiradas de seu contexto original, onde funcionam apenas como um “condimento do argumento”, para serem elevadas à condição de conceitos teóricos. Em suma, as analogias servem para ilustrar ou esclarecer um conceito, mas elas soltas não formam um conceito.

⁵ “A afirmação é da ordem de ‘como se’: podemos conceber a história da sociedade como se fosse puxada pela energia (motor, máquina) da luta de classes. As analogias podem ser boas ou más, mas o que estou pretendendo mostrar é que elas servem para efeito de explicação ou ilustração – são um condimento da argumentação, com frequência usado uma ou duas vezes, de passagem, mas não constituem o próprio argumento.” (Thompson, 1981, p 118)

Por fim, na terceira observação, Thompson questiona a qualidade da própria analogia de “motor”, considerando-a inadequada. Entendida como uma proposição do tipo “como se”, a metáfora do motor não remeteria, segundo ele, a locomotivas, como poder ser interpretado de forma equivocada, mas sim ao motor de uma máquina, ou de uma fábrica. Nesse modelo metafórico, a energia propulsora, isto é, a luta de classes, equivale ao motor, enquanto as partes em movimento da máquina seria o equivalente a história. Thompson (1981, p.119) ilustra esse ponto da seguinte forma:

Marx e Engels, que viveram na pré-história do motor de combustão interna, estavam talvez pensando numa fábrica do Lancashire, e não na locomotiva e sua fornalha, mas sim nos eixos e correias de transmissão que dirigiam a mesma energia para diferentes máquinas e peças móveis: essa energia, transmitida igualmente ao Direito e à política e à ideologia, se torna, por analogia, a luta de classes, e todas as partes em movimento conjunto (a fábrica) tornam-se “história”.

Ainda sobre a analogia do “motor da história”, Thompson adverte que seu significado não é o mesmo em Marx e em Althusser. Para Marx, e também para Thompson, a luta de classe é compreendida como resultado da ação dos indivíduos, ou seja, da prática política e subjetiva dos sujeitos históricos. Já em Althusser, ao contrário, a luta de classes não aparece como resultado da ação dos indivíduos, da ação política, subjetiva e ideológica, mas emerge como resultado de um movimento mais estrutural e pré-determinado⁶. No estruturalismo althusseriano, embora a luta de classes esteja presente, ela tem um sentido estático, estrutural e desprovido de historicidade. Não aparece como resultado de uma luta concreta, vivida pelos indivíduos, mas como mais um elemento estrutural e sem historicidade, dentro de um sistema teórico fechado.

Ainda mais, Thompson identifica que há um limite teórico ao falar de “motor da história”, isto porque não há uma explicação concreta de como se processa a luta, nem mesmo sobre o funcionamento desse motor. Em outras palavras, a metáfora não explica como a luta de classes se dá concretamente na história, qual a natureza das classes e como elas são postas em luta, o que impulsiona, quais os antagonismos.

⁶ “Para Marx, o processo histórico se desenvolve como se fosse impulsionado por essa energia generalizada (de atores conflitantes); para Althusser, o planetário do sistema é literalmente movimentado, em todas as suas evoluções e permutas, pela luta de classes” (Thompson, 1981, p.120)

Mais uma vez, Thompson acusa Althusser de retirar a agência humana da história. Para Thompson, Althusser deu ênfase ao conceito de *contradição* e o colocou como anterior ao de *luta de classes* e, ao fazer isso, o filósofo francês acabou por reduzir a ação humana do processo histórico, substituindo sujeitos históricos por categorias abstratas. Thompson (1981, p. 122) afirma que em Althusser:

O sujeito (ou agente) da história desaparece mais uma vez. O processo, pela enésima vez, é reificado. E uma vez que as classes são “funções do processo de produção” (processo em que, aparentemente, nenhuma agência humana poderia entrar), o caminho fica mais uma vez reduzido à tolice de deduzir classes, frações de classe, ideologias de classe (“verdadeiras” e “falsas”) de seu posicionamento imaginário [...] dentro do modo de produção [...] e esse modo de produção é concebido como alguma coisa diversa da sua realização no processo histórico e dentro do “conjunto das relações sociais”. (Thompson, 1981. p.122)

Além do mais, Thompson considera inadequada a analogia do “motor da história” porque ela pressupõe que história e luta de classes são distintas, como se ambas estivessem em planos diferentes, o que não sugere Thompson. Para ele, a classe não é uma entidade dada, mas é constituída a partir dos anseios, das experiências dos sujeitos, da subjetividade dos indivíduos históricos.⁷ A célebre afirmação de Thompson, de que “a classe operária se fez a si mesma tanto quanto foi feita” (Thompson, 1981, p.121), expressa com precisão a ideia do autor sobre a noção de classe. Para ele, classe e consciência de classe caminham juntas, e ambas não são estáticas, ou pré-determinadas, ao contrário, são formadas historicamente. Embora reconheça a existência de elementos estruturais atuando sobre as classes, Thompson insiste que os indivíduos fazem sua história sobre condições determinadas, ainda que em determinadas condições que não escolheram.

Outrossim, Perry Anderson faz ressalvas à concepção de agência apresentada por Thompson. Para Anderson, Thompson não definiu de forma clara o significado do termo no contexto histórico. “Agência” é uma noção polissêmica, e Thompson teria negligenciado a consideração de outras formas possíveis de agência, limitando sua análise a um recorte restrito da ação histórica.

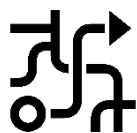
⁷ “Recobrando o senso, lembramos porque nunca nos agradou muito a analogia da luta de classes como motor da história. É que ela supõe duas entidades distintas: “história”, que é inerte, uma intrincada composição de peças; e um ‘motor’ (luta de classes) que é colocado nela, e movimenta essas peças, ou as coloca em movimento” (Thompson, 1981, p. 123)

Em outro capítulo, intitulado “Agência”, Anderson tece comentários críticos à concepção de agência defendida por Thompson. Na obra thompsoniana, termo é compreendido como ação do sujeito ativo, livre, capaz de intervir e transformar diretamente o curso da história. Trata-se, portanto, de um agente dotado de liberdade e intencionalidade. Por sua vez, Anderson, argumenta que “agência” é um conceito ambíguo e deve ser compreendido de forma mais complexa, apontando que ele comporta, ao menos, três significados distintos.

Lembremo-nos, primeiramente, de que o termo “agência” revela uma ambiguidade curiosa em seu uso ordinário, possuindo duas conotações opostas. Ele significa, ao mesmo tempo, iniciador ativo e instrumento passivo. A palavra é utilizada por Thompson exclusivamente com a intenção de conotar o primeiro sentido, mas frases como “agentes de uma potência estrangeira” e “agentes de um banco mercantil” nos lembram da frequência do segundo sentido. Ironicamente, Thompson, sem perceber, utiliza ele mesmo termo dessa forma em vários momentos em *A miséria da teoria*. (Anderson, 2018, p.30-31)

A crítica de Anderson à Thompson reside no fato de que ele apresentou a agência como atividade livre e consciente do sujeito histórico, ignorando que esta agência também ocorre de forma passiva. A fim de esclarecer melhor esse debate, Anderson (2018, p.31) afirma que “se a agência é interpretada como uma atividade consciente, orientada para um objetivo, tudo se volta para a natureza dos objetivos, pois é óbvio que todos os sujeitos históricos se engajam em ações o tempo todo, das quais eles são ‘agentes’ em sentido estrito”. Por conseguinte, Anderson identifica três tipos de agências qualitativamente diferentes, de acordo com seus objetivos e que não foram abordadas por Thompson.

A primeira forma de agência, observa Anderson, é aquela que se refere a ação dos sujeitos em busca dos “objetivos privados”. Trata-se das escolhas particulares de cada indivíduo realizadas no decorrer da história, geralmente associadas a ações cotidianas que não têm o objetivo de promover transformações na sociedade. Já a segunda forma de agência diz respeito a “objetivos públicos”, que podem ser coletivos ou individuais. No entanto, mesmo voltadas ao espaço público, não possuem caráter



transformador, pois almejam no máximo uma reforma ou reorganização dentro da estrutura social existente, sem ruptura com a ordem vigente⁸.

Como exemplos desta segunda forma de agência, podemos apontar os movimentos religiosos, movimentos políticos, conflitos militares, explorações comerciais, manifestações culturais e outras. São ações com objetivos públicos, mas que não necessariamente almejam mudanças estruturais. Anderson faz alusão, como exemplo, a greve numa determinada fábrica. Nesse caso, os trabalhadores, através do movimento paredista, não desejam tomar os meios de produção ou uma inversão de papéis do que está estabelecido, mas organizam sua luta e reivindicam melhorias específicas, como melhorias salariais, melhores condições de trabalho ou de infraestrutura no ambiente laboral.

E a terceira forma de agência destacada por Anderson refere-se às iniciativas públicas que têm o objetivo de “transformação social”. Trata-se de ações que buscam uma mudança estrutural da sociedade. De acordo com Anderson (2018, p.33) estas agências “são expressas em um programa consciente voltado para a criação ou a remodelação de estruturas sociais inteiras”. Como exemplo desta agência, podemos citar a Revolução Francesa, a Revolução Americana e a Revolução Russa, eventos que só se tornaram possíveis com o surgimento do moderno movimento operário e do socialismo científico, como aponta Anderson (2018, p.33):

É o moderno movimento trabalhista que verdadeiramente fez nascer essa nova concepção de mudança histórica; e é com o advento do que seus fundadores chamam de socialismo científico que, de fato, pela primeira vez, projetos coletivos de transformação social se casam com esforços sistemáticos para entender os processos do passado e do presente, a fim de produzir um futuro premeditado.

Dessa forma, Anderson aponta a limitação de Thompson em não apresentar as especificidades das diferentes formas de agência histórica.⁹ Thompson trabalhou com

⁸ “em sua maioria esmagadora, não almejam transformar as relações sociais como tais - criar novas sociedades ou dominar antigas: na maior parte, estas estão muito mais limitadas a seu escopo (voluntário)” (Anderson, 2018, p.32)

⁹ “O erro conceitual envolvido é amalgamar sob a mesma rubrica de ‘agência’ aquelas ações que são de fato vontades conscientes no nível pessoal ou local, mas cuja incidência social é profundamente involuntária (relação entre casamento-idade, digamos, e crescimento populacional), com aquelas ações que são vontades conscientes de sua própria incidência social”. (Anderson, 2018, p.34)

um significado único de agência, evidenciando o sujeito livre, um iniciador ativo, que segundo Anderson, não condiz com a complexidade proposta pelo materialismo histórico. Esse equívoco ignora que existem várias formas de agência histórica e que os agentes não praticam suas escolhas livremente, mas sob circunstâncias determinadas. Mesmo a agência no sentido de iniciativas privadas, aquelas que não possuem caráter transformador e nem abarcam toda uma sociedade, está condicionada por estruturas que moldam os valores, desejos e decisões dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar o debate entre E. P. Thompson e Perry Anderson em torno de temas centrais de *A Miséria da Teoria*. Thompson argumenta que a História possui uma lógica própria, uma vez que seu objeto de estudo, a experiência humana no tempo, está em constante transformação. Na elaboração dessa lógica histórica, Thompson defende a importância do diálogo contínuo entre teoria e evidência empírica na prática historiográfica. Posteriormente, ao apresentar suas proposições sobre o materialismo histórico, Thompson, além de criticar o estruturalismo, retoma a defesa do diálogo fundamental entre fonte e teoria.

Na primeira proposição, o historiador argumenta que o objeto da História são os fatos reais, mas que estes só se tornam inteligíveis por meio da análise, sendo, portanto, indispensável o uso da teoria. Já na segunda proposição, Thompson acrescenta que o conhecimento historiográfico produzido pela pesquisa é, por natureza, incompleto, seletivo e provisório, porém nenhuma dessas características o invalida como conhecimento verdadeiro. Ele explica que essa seletividade decorre, em parte, das escolhas do próprio historiador, que define seu objeto de estudo e suas ferramentas teóricas com base em interesses e perspectivas particulares, o que confere uma dimensão subjetiva à prática historiográfica. Inclusive, o conhecimento histórico é delimitado pelas perguntas formuladas às evidências disponíveis.

Buscou-se, paralelamente à exposição do pensamento de Thompson, apresentar a crítica de Anderson, que considerou a abordagem do historiador uma visão simplificada da disciplina histórica. Anderson questiona a definição de Thompson segundo a qual o objeto da História seriam apenas as evidências do

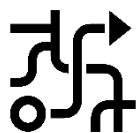
passado, especialmente quando estas são caracterizadas como provisórias, incompletas e seletivas, atributos que, segundo ele, não são exclusivos da História.

O conceito excessivamente flexível atribuído por Thompson ao fazer histórico foi alvo de crítica por parte de Anderson, que apontou os riscos da maleabilidade conceitual. Para o filósofo, os historiadores precisam operar com conceitos claros e bem definidos, que possam ser submetidos à análise em confronto com as evidências empíricas. Como exemplo, Anderson argumenta que, ao se analisar uma determinada classe social, é necessário que o conceito de classe (a tese) esteja rigorosamente delineado, de modo que, ao ser confrontado com as evidências (a antítese), resulte em uma síntese válida, isto é, a produção do conhecimento histórico.

Verificou-se também que a expressão “motor da história” não constitui uma teoria propriamente dita, mas sim uma analogia, empregada com a finalidade de esclarecer um conceito. A esse respeito, Thompson argumenta que, caso Marx e Engels tenham utilizado tal expressão, o fizeram de modo figurativo, no sentido de um “como se”. A metáfora remeteria à imagem de uma fábrica, em que a luta de classes funcionaria como o motor, isto é, a fonte de energia, e os elementos em movimento representariam os processos históricos.

Verificou-se a procura de Thompson em evidenciar que embora a ideia de luta de classes esteja presente tanto em Marx quanto em Althusser, ela assume significados distintos em cada autor. Para Althusser, a luta de classes é concebida como um elemento estrutural, desprovido de historicidade concreta, o que a insere em uma lógica teórica mais abstrata. Já em Marx, a luta de classes é entendida como o resultado do conflito entre duas forças sociais opostas, cujas condições históricas específicas determinam o embate. Trata-se, portanto, de um conceito intrinsecamente ligado à dinâmica concreta da história.

Na visão de Thompson, Althusser negligencia o papel da ação humana como agente da história. Thompson reconhece a existência de elementos estruturais que condicionam as classes sociais, mas ressalta que o ser humano faz sua própria história, ainda que sob circunstâncias determinadas, o que implica o reconhecimento da agência humana. Anderson observa que nem toda agência é ativa no sentido pleno; em determinados contextos, especialmente sob o sistema capitalista, a luta de classes pode dar origem a formas de agência passiva, isto é, ações limitadas ou moldadas pelas condições impostas pela classe dominante. Essa distinção permite



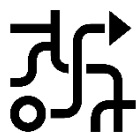
compreender a complexidade dos processos históricos e o papel ambíguo dos sujeitos neles inseridos.

Buscou-se contrapor o argumento de Thompson sobre a agência histórica, assim como apresentar e discutir a crítica de Anderson à noção de “lógica histórica”. Ao abordar o conceito de agência, Thompson limita-se à ideia de agência ativa e a trata como universal, o que constitui, segundo Anderson, sua principal fragilidade teórica. Essa é, de fato, uma das críticas mais contundentes feitas por Anderson à obra de Thompson. Anderson elabora observações críticas relevantes ao modelo de agência proposto por Thompson, destacando que este ignora outras formas de ação histórica.

Ele identifica, ao menos, três tipos distintos de agência que não foram considerados por Thompson: a) “Objetivos privados”, que dizem respeito a escolhas individuais voltadas à esfera pessoal, sem intenção de transformação social; b) “Projetos públicos”, que envolvem metas individuais e coletivas voltadas para reformas ou manutenção do status quo, sem, contudo, desafiar estruturalmente o sistema vigente; c) “Objetivos de transformação social”, que buscam alterar radicalmente as relações sociais existentes, como ocorre em processos revolucionários, a exemplo da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e da Revolução Russa. Ao destacar essas distinções, Anderson propõe uma compreensão mais ampla e matizada da agência, que permite analisar com maior precisão o papel dos sujeitos históricos nos processos de mudança ou conservação social.

Conclui-se que E. P. Thompson contribuiu de forma significativa para os debates sobre o conhecimento historiográfico, especialmente ao tratar do conceito de agência na História. No entanto, ao fazê-lo, deixou de considerar alguns aspectos fundamentais para a tradição marxista, ao não desenvolver seus argumentos à luz do materialismo histórico de forma mais sistemática. Por outro lado, Perry Anderson, por meio de sua reflexão crítica à abordagem de Thompson, oferece ao leitor uma contraposição teórica que amplia e aprofunda a compreensão historiográfica, apresentando uma interpretação mais consistente e articulada com os fundamentos do marxismo.

REFERÊNCIAS



ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história: Um debate com E. P. Thompson*. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2018. p.29-73.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *E. P. Thompson e a teoria na história*. São Paulo, SP: Proj. História, 1995.

MELO JR., João Alfredo Costa de Campos. Edward Palmer Thompson (1924-1993). In. PARADA, Maurício. *Os historiadores clássicos, de Tocqueville a Thompson*. Vol. 2. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 1981.

Recebido em 24/07/2025

Aprovado em 10/12/2025